

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2009

(Do Sr. Bernardo Ariston)

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a proposta de mudança na estrutura de regulação do setor nuclear brasileiro, atualmente em estudo pelo Poder Executivo.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Minas e Energia, com a finalidade de discutir a proposta de mudança na estrutura de regulação do setor nuclear brasileiro, atualmente em estudo pelo Poder Executivo.

Serão convidadas a participar da audiência, como expositores, as seguintes autoridades:

- Sra. Erenice Alves Guerra, Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República;
- Sr. Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia;
- Sr. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear;
- Sr. Alfredo Tranjan Filho, Presidente da Indústrias Nucleares do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente foi noticiado que a Casa Civil da Presidência da República está coordenando um estudo para analisar e propor um novo marco regulatório para o setor nuclear no Brasil. Segundo a notícia, estariam também participando do trabalho os ministérios de Minas e Energia, Planejamento, Meio Ambiente e agentes do setor.

As mudanças na organização do setor nuclear deverão afetar a área de energia, que conta hoje com a operação das Usinas de Angra 1 e 2. Ainda quanto à geração de energia, está prevista para este ano a retomada das obras de Angra 3. A construção de outras plantas nucleares, por sua vez, já faz parte do planejamento energético brasileiro, conforme consta do Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Uma nova estrutura regulatória também influenciará o desenvolvimento do ciclo do combustível nuclear no Brasil. Reflexos das mudanças também deverão surgir em relação à mineração do urânio, cuja melhor forma de exploração no Brasil é assunto atualmente em evidência.

Assim, devido à relevância da matéria e às competências da Comissão de Minas e Energia, não restam dúvidas de que este Colegiado deve participar ativamente das discussões que resultarão em um novo modelo de regulação para o setor nuclear, o que nos motivou a apresentar este requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado **Bernardo Ariston**